



Jornal do Engenheiro

Governo federal anuncia R\$ 91 bilhões para 10 mil quilômetros de ferrovias, a serem feitas em parceria público-privada. Especialistas defendem maior expansão para o setor e cuidado para evitar os equívocos das concessões feitas nos anos 1990.

Página 5



Retomar os trilhos com investimento e planejamento

Obras da ferrovia Transnordestina, entre Pernambuco e Ceará.

PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADES SUSTENTÁVEIS

JÁ ESTÁ EM CURSO em São Paulo um importante processo de participação popular: a organização da 5ª Conferência Estadual das Cidades, que redundará depois no debate nacional, com importantes contribuições à melhoria da vida urbana. Em reunião realizada na sede do SEESP, em 30 de janeiro último, o esforço que já vinha sendo empreendido pela sociedade civil ganhou o compromisso do Governo do Estado, que decidiu assumir a realização do encontro paulista, assegurando assim a infraestrutura necessária à plena realização da conferência. Na ocasião, o chefe de Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano, Marcos Camargo Campagnone, sinalizou a possibilidade de finalmente ser criado o Conselho Estadual das Cidades, fórum importantíssimo para levar a cabo as propostas aprovadas.

Já uma realidade em âmbito nacional, o Conselho das Cidades conta com a participação dos engenheiros por meio dos representantes da FNE (Federação Nacional dos Engenheiros), Laerte Mathias de Oliveira, diretor do SEESP, e Tereza Neumann de Freitas, presidente do Senge Ceará. Na Resolução Normativa nº 16, de 7 de fevereiro último, que aprova a seleção de entidades que farão parte do órgão para fins de composição do Conselho Gestor do FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social), a federação também

está entre as 12 entidades selecionadas. Com mandato de dois anos, essas vão atuar na definição das políticas públicas habitacionais de interesse social.

Consideramos, portanto, fundamental que esse esforço se enraíze também no Estado, para que se busquem as soluções necessárias. O tema da conferência em 2013 é “Reforma urbana já!” indicando a urgência em se transformar as cidades em locais organizados e agradáveis e que favoreçam o desenvolvimento econômico. Como tantas vezes já se disse, fundamental nesse contexto é a garantia da mobilidade, o que exige obviamente investimento em transporte público de qualidade, com ação integrada entre todas as instâncias de governo. São Paulo e o Brasil dispõem de enorme discussão acumulada nessa área e técnicos competentes para fazer funcionar um sistema eficiente que torne as viagens cotidianas da população seguras, rápidas e confortáveis. Direito do cidadão e dever do Estado, como prevê a Constituição Federal, o transporte precisa ter uma solução definitiva. Claro está, contudo, que igualmente

O tema da conferência em 2013 é “Reforma urbana já!”, indicando a urgência em se transformar as cidades em locais organizados e agradáveis e que favoreçam o desenvolvimento econômico.

importantes são o planejamento e a racionalização do uso e ocupação do solo. Não haverá sistema viário ou modais coletivos que deem conta da absurda migração diária observada, por exemplo, na Capital, onde milhões de pessoas atravessam o município todos os dias para chegar ao trabalho. É preciso descentralizar empregos, serviços, educação e lazer, reduzindo a pressão sobre o transporte e levando qualidade de vida aos bairros e regiões mais afastadas. Por difícil que seja a tarefa, ela precisa ser cumprida, o que demanda recursos, vontade política, competência técnica e, claro, participação popular.



JORNAL DO ENGENHEIRO — *Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo*

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Laerte Conceição Mathias de Oliveira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Marcos Wanderley Ferreira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Repórteres: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Lucélia de Fátima Barbosa e Rosângela Ribeiro Gil. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eriel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Revisora: Soraya Misleh. Apoio à redação: Luis Henrique Costa e Priscila Dezidério. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotolito e impressão: Folha Gráfica. Edição: 16 a 28 de fevereiro de 2013. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.

ELABORADO A
ANATEC
PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS



Os municípios e as mudanças na iluminação pública

Carlos Augusto Ramos Kirchner

EXISTE A POSSIBILIDADE de as concessionárias de distribuição de energia elétrica deixarem de prestar o serviço de iluminação pública nas cidades brasileiras. Tal mudança não trará qualquer benefício à população. Pelo contrário, aumentará o custo e poderá reduzir a qualidade, notadamente nos pequenos municípios.

A justificativa para a medida prevista na Resolução Normativa nº 414/2010 da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) é o fato de o serviço tratar-se de incumbência das cidades. Assim, o órgão regulador pretende que até janeiro de 2014 os ativos de iluminação pública sejam transferidos aos municípios pelas concessionárias, que não mais terão obrigação de executar atividades nessa área.

Diante disso, e ainda que seja possível reverter a situação, conforme se pode ver no site www.energia.fne.org.br, os municípios devem agora se preparar para aprimorar a gestão da iluminação pública, independentemente da transferência dos ativos. Tal serviço, que pode parecer simples, envolve tecnologia avançada e em constante evolução, com equipamentos cada vez mais eficientes. Com isso, é possível aumentar a sensação de claridade com a redução do consumo de energia.

Cada prefeitura tem de contar em seu quadro com pelo menos um engenheiro eletricista com conhecimento das normas técnicas pertinentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Isso é imprescindível para que se fiscalize adequadamente os serviços de uma empresa terceirizada contratada ou até mesmo para recepcionar os ativos de iluminação pública da concessionária, condicionando a sua adequação em conformidade às citadas regras. Utilizar lâmpadas que tenham vida útil de pelo menos quatro anos, com perda de fluxo luminoso, ao longo desse período, de até 30% e ainda luminárias com efici-



ência superior a 70% não é o mesmo que fazer compras em supermercados ou lojas de material elétrico.

Capacitação em pauta

Esse complexo e essencial serviço público será colocado em pauta pelo SEESP e pela Assenag (Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Bauru), com apoio institucional da Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, nos dias 6 e 7 de março próximo, em Bauru, na sede da Assenag. O "Seminário estadual de gestão de iluminação pública com sustentabilidade e qualidade de energia" terá palestrantes de alto nível de diferentes estados e contará com a

presença de prefeitos, secretários municipais e técnicos do ramo.

Entre os temas na programação, os mais diversos aspectos de como cada município deve se organizar para ter suas vias e praças públicas bem iluminadas; as especificidades de cada tipo de via e intensidade de tráfego; como implantar um sistema de gestão com informações de todos os pontos de iluminação; modelos de editais para a contratação de empresas terceirizadas; adequação de leis

Cada prefeitura tem de contar em seu quadro com pelo menos um engenheiro eletricista com conhecimento das normas da ABNT.

municipais para arrecadação da contribuição para o sistema de iluminação pública (CIP/Cosip) por faixas de consumo, variando de acordo com a capacidade contributiva de cada município; a convivência harmoniosa da iluminação pública com a arborização; as normas técnicas da ABNT aplicáveis; e as novas tecnologias utilizadas, incluindo as lâmpadas LEDs. Haverá ainda exposição de produtos de fabricantes e fornecedores.

Carlos Augusto Ramos Kirchner é diretor do SEESP e consultor em energia

Serviço:

Programação do seminário disponível no site www.assenag.org.br. Contatos podem ser feitos pelo telefone (14) 3202-8130 e e-mail assenag@assenag.org.br

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros

Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo "entidade de classe". Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

A ONDA

JANIO RENUNCIOU!



O PAPA RENUNCIOU!



EU TAMBÉM VOU RENUNCIAR!

RENUNCIAR DE QUÊ? TÁ MALUCO?



RENUNCIAR DA GRANA CURTA, DO TRÂNSITO, DAS ENCHENTES...

AHL, AÍ TOU CONTIGO.



Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?

Anuncie no JE e divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

(11) 9173-0651 / (11) 3284-9880





São Paulo deve reverter atraso digital com internet pública

Rosângela Ribeiro Gil

A MAIOR METRÓPOLE DO BRASIL, com seus mais de 11 milhões de habitantes, ainda não oferece acesso à internet em locais públicos, serviço existente já em vários municípios menores (*veja quadro*). Porém, a situação deve mudar ainda neste semestre, segundo o secretário de Serviços da Prefeitura de São Paulo, Simão Pedro Chiovetti, que prepara o Plano Municipal de Conectividade e Convergência Digital. “A cidade está realmente atrasada no que se refere à abertura do sinal digital”, admite.

Ainda sem definição do investimento necessário, ele afirma que o custo “dependerá muito do modelo a ser adotado, que poderá, inclusive, ser mais do que um”. A opção a ser feita pela cidade, diz, dependerá do debate com a sociedade. “Queremos ouvir o Sindicato dos Engenheiros, as universidades, os coletivos de produção de conteúdo, pesquisadores, órgãos técnicos. Queremos um projeto que nasça de um processo colaborativo.” O secretário lembra ainda ser compromisso de campanha do prefeito Fernando Haddad disponibilizar o serviço gratuitamente nas praças e parques do município.

O tema foi colocado em pauta pelo SEESP durante o processo eleitoral de 2012, ao longo do ciclo de debates “A engenharia e a cidade”, que recebeu os candidatos a prefeito da Capital e de várias localidades do Interior. A esses, foi feita a proposta de oferecer acesso à internet nos locais e equipamentos públicos, baseada no projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, capitaneado pela FNE (Federação Nacional dos Engenheiros). Em

dezembro último, foi lançada também campanha nacional da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados) defendendo o acesso à rede nos espaços públicos.

Para o professor titular da Poli-USP (Escola Politécnica da Universidade de São Paulo), Marcelo Zuffo, um dos formuladores da proposta da CNTU, é perfeitamente possível a implementação de uma infraestrutura metropolitana para o serviço. “Estamos falando de uma cidade de tendências, de grande atividade econômica e de alta tecnologia.” Mas, para dar conta da tarefa, explica, será necessário estruturar o *backbone* metropolitano de internet banda larga, que se firma em dois pilares: a rede de fibra óptica cobrindo a cidade e equipamentos de conexão *wi-fi*, para atender o grande número de dispositivos móveis encontrados atualmente. Zuffo define: “Internet não é uma questão tecnológica, é acesso à informação.”

Copa é prioridade

Quem está à frente da elaboração do plano digital da Prefeitura de São Paulo é o professor da UFABC (Universidade Federal do ABC) e membro do Comitê Gestor de Internet no Brasil, o sociólogo Sérgio Amadeu da Silveira, idealizador, na gestão Marta Suplicy (2001-2005), dos telecentros, que coloca computadores à disposição da população. Ele informa que a ideia é implantar o sistema de internet gratuita em locais públicos em várias etapas. “No curtíssimo prazo, precisamos resolver o problema da Copa de 2014. Muitos turistas vão chegar, e a cidade precisa ser capaz de oferecer esse serviço com qualidade.” O projeto, adianta, começará na periferia e, até o final do ano, deverá chegar à Avenida Paulista e também à Praça Roosevelt.

“O ideal é que esse sinal pudesse estar aberto e disponível com boa qualidade e velocidade em praticamente todas as áreas da cidade, mas São Paulo é muito grande”, explica Silveira. A previsão é que isso ocorra na última fase do plano, daqui a três anos, quando a administração pretende disponibilizar vários serviços ao cidadão a partir da computação em nuvem. Entre os obstáculos ao projeto, estão deficiências técnicas. “Temos lugares

O acesso no Estado de São Paulo

Botucatu – na estação rodoviária

Diadema – na praça principal da cidade

Jacareí – em alguns lugares públicos

Jundiaí – em parques públicos e terminais de ônibus

Marília – na biblioteca municipal e na TV Câmara

Mogi das Cruzes – Na estação ferroviária

Pedregulho – em alguns lugares públicos

Rifaina – em alguns lugares públicos

Ribeirão Preto – em alguns locais públicos

Jaboticabal – em alguns locais públicos

Pontal – em alguns locais públicos

Santo Antônio da Alegria – em alguns locais públicos

Santos – em alguns locais públicos

São Vicente – sinal aberto em toda a cidade

Cubatão – em alguns locais públicos

Fonte: Delegacias Sindicais do SEESP, segundo levantamento em sua área de abrangência.

onde a conexão é muito cara, frágil e de baixa qualidade, em outros, as fibras são apagadas. Vamos fazer um equacionamento disso tudo e pensar em modelos de manutenção, custeio e parcerias com o setor privado”, relata.

A conexão gratuita, esclarece Silveira, não atrapalhará o modelo privado de telecomunicação, ao contrário, estimulará a concorrência. “As operadoras vão ter de oferecer um serviço de maior qualidade e baixo preço para outras empresas e para quem quer pagar.” Segundo o professor, a iniciativa que tem início agora em São Paulo já está consolidada em várias partes do mundo. A FCC (*Federal Communications Commission*), uma espécie de Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) dos Estados Unidos, quer oferecer o sinal de internet gratuito em todo o território norte-americano, utilizando uma frequência de 700Mhz, que aqui no Brasil chega como o 4G”, informa. Ainda conforme ele, “cidades do mundo todo, como Buenos Aires, Madri, Barcelona e Londres, já abriram o sinal em praças e áreas mais importantes”.



FERROVIA PRECISA *superar sucateamento* E CONCESSÕES DESASTROSAS

Soraya Misleh

APÓS MAIS DE UMA DÉCADA sem destinar grandes recursos ao setor, o governo federal anunciou investimentos da ordem de R\$ 91 bilhões para expansão em mais 10 mil quilômetros de ferrovias no Brasil. Serão R\$ 56 bilhões em cinco anos e o restante, em 25 anos. A ação está inserida no Programa de Investimentos em Logística: Rodovias e Ferrovias. Lançado em agosto de 2012, totaliza R\$ 133 bilhões para os dois modais, mediante PPPs (parcerias público-privadas).

A participação de investidores privados acabou gerando apreensão entre alguns especialistas. Não sem razão. Como afirma o consultor em transportes Adriano Murgel Branco, “as concessões ferroviárias foram talvez as piores feitas na área de transportes”. A entrega do patrimônio público à iniciativa privada em 1997 resultou em sucateamento e perda de inteligências. “Hoje temos uma malha de 29 mil quilômetros e desses, somente 10 mil km estão operando, ou seja, têm mais de uma viagem por dia, a maior parte voltada a interesses especiais, principalmente de mineradoras e do setor siderúrgico”, lamenta o consultor. A economista e pesquisadora da Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) Ceci Vieira Juruá ratifica: “A situação é de precariedade. Por um lado, a rede em tráfego é menor do que a malha entregue por ocasião das privatizações, houve uma redução de aproximadamente 30%. Há processos correndo na justiça, sobretudo contra a ALL (*América Latina Logística*), mas faltam medidas eficazes do governo contra o desrespeito aos contratos firmados, evidenciado nos autos.”

Murgel Branco observa que o poder público por vezes ameaça retomar algumas concessões, mas nunca levou isso adiante. Ambos acreditam que se a opção política fosse outra, a rede atual poderia ser superior a 100 mil km. “Quando o governo aponta para uma rede de 35 mil km daqui a 30 anos, parece desprezar a importância do sistema ferroviário em um país como o Brasil, de dimensões continentais. Nesse horizonte de tempo, seria necessário ao menos duplicar a malha em operação e colocar em tráfego 50 mil km”, enfatiza

Juruá. Na sua estimativa, o investimento para tanto deveria ser de R\$ 250 bilhões.

Além de considerar insuficiente o montante anunciado pelo governo, ela critica a opção pelas PPPs: “São mal justificadas. Um Estado que tem crédito e gasta mais de uma centena de bilhões de reais em pagamento anual de juros, ao mesmo tempo em que concede isenções tributárias típicas de mecenato a setores altamente lucrativos, não pode ser considerado sem recursos, incapaz de construir as infraestruturas necessárias ao desenvolvimento econômico.” Ela questiona ainda os projetos indicados para as concessões, na sua concepção, ações previstas para favorecer o grande capital. E o fato de as ampliações não contemplarem o transporte de passageiros. O Ministério dos Transportes afirma que, embora esse não seja o foco, as modernas ferrovias permitirão tal uso, “desde que surja demanda”.

O programa

Segundo esse órgão governamental, os trechos incluídos foram selecionados buscando “a máxima eficiência logística na integração entre regiões produtoras de bens e serviços, consumidoras e polos exportadores”. Assim, serão licitados entre abril e junho próximo e concedidos à iniciativa privada até setembro tramos como os do Ferroanel São Paulo – Norte e Sul; acesso ao Porto de Santos; Salvador-Recife; Rio de Janeiro-Campos-Vitória; Belo Horizonte-Salvador; e São Paulo-Mafra-Rio Grande, entre outros.

Tais empreendimentos estão articulados com as obras de construção e recuperação de ferrovias abrangidas no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Essas últimas

foram indicadas no projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” – lançado pela FNE (Federação Nacional dos Engenheiros) –, como salienta seu coordenador técnico, Carlos Monte. Exceção ao trem bala, que não é considerado prioritário pelos engenheiros. “Após o aquaviário, esse é o segundo modal mais econômico para o escoamento da produção agrícola, desde as regiões produtoras até os portos oceânicos”, aponta Monte. Não obstante, como estima Murgel Branco, quase 90% do transporte de cargas é feito por caminhão. Na sua opinião, é mister conferir lógica ao sistema.

Para a diretora da FNE e presidente da Faef (Federação das Associações dos Engenheiros Ferroviários), Clarice Soraggi, os investimentos estão acontecendo, mas falta planejamento. Ademais, ela levanta outro desafio, oriundo das privatizações nos anos 1990. “Profissionais capacitados foram dispensados e não houve transferência desse conhecimento.” Na sua ótica, é necessário reaver a mão de obra perdida, caso dos engenheiros ferroviários, para tocar os projetos previstos.

Ações e investimentos devem ser bem planejados e regras, bem definidas para atender interesse público.

O Ministério dos Transportes salienta que reforçar a capacidade de planejamento do Estado e promover a integração entre os modais estão entre os objetivos do programa, cujas ações e acompanhamento estão a cargo da recém-criada EPL (Empresa de Planejamento e Logística).

Para Murgel Branco, contudo, para que isso se efetive, é preciso uma política ferroviária que atenda ao interesse público. Regras claras à participação da iniciativa privada, que deve se ajustar a essa finalidade, são fundamentais. Senão, “não deve ter concessão”.



Expandir e recuperar a rede, desmantelada após privatizações, é desafio.



Colocar a pauta dos trabalhadores na ordem do dia

Rita Casaro

NO PRÓXIMO DIA 6 de março, com a Marcha a Brasília por Desenvolvimento, Cidadania e Valorização do Trabalho, começa oficialmente a agenda de luta do movimento sindical para colocar na pauta do Governo e do Congresso as suas reivindicações. Entre essas, a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, o fim do fator previdenciário, a ratificação da Convenção 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que proíbe a demissão imotivada, e a regulamentação da 151, que assegura a organização sindical do servidor público.

De caráter mais amplo, bandeiras como a destinação de 10% do PIB (Produto Interno Bruto) à educação e de 10% do orçamento da União à saúde, a correção da tabela do imposto de renda, ampliação do investimento público, igualdade de oportunidades a homens e mulheres e reforma agrária.

Na avaliação do assessor parlamentar do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), André Luís dos Santos, a mobilização e especialmente a reação a ela por parte da presidente Dilma Rousseff demonstrarão se o governo decidiu finalmente abrir o diálogo com os movimentos sociais. “A partir da marcha, veremos se haverá mudança de posição.”

Para Santos, num ano em que o movimento sindical terá de pressionar para garantir conquistas, tendo em vista as ameaças aos direitos trabalhistas presentes em projetos de lei tramitando no Congresso (*veja quadro*), poderão ser necessárias novas ações, inclusive greves. Outra alternativa é fazer gestões junto aos parlamentares para sensibilizar o governo à pauta sindical, apesar da possível dificuldade de diálogo tanto na Câmara quanto no Senado, ambos dirigidos pelo PMDB. “Essa alternativa

fica um pouco enfraquecida, tendo em vista que o partido que assumiu as duas casas não tem raízes nos movimentos sociais”, pondera.

Em palestra a dirigentes da FNE (Federação Nacional dos Engenheiros), em 23 de janeiro, o diretor do Diap, Antonio Augusto de Queiroz, o Toninho, já alertava para tais dificuldades e a necessidade de mobilização. “O perigo está no mundo do trabalho. O setor empresarial recebeu incentivos fiscais e a desoneração não tem mais para onde ir. Os patrões vão querer reduzir o custo do trabalho”, advertiu. Ele lembrou que, ao longo de 2011 e 2012, embora a Presidente tenha sancionado diversas leis favoráveis aos trabalhadores, como a do salário mínimo e a isenção de imposto de renda sobre a PLR (Participação nos Lucros e Resultados), “não se tem segurança que siga nessa linha, dada a proximidade com o mundo empresarial e a falta de diálogo com o movimento sindical”. Na sua avaliação, a prioridade neste ano será o crescimento econômico, o que pode deixar os trabalhadores em segundo plano: “O governo precisa ter resultados em 2013.”

Mais otimista, o consultor sindical do SEESP, João Guilherme Vargas Netto, lembra que o Brasil “está na contramão do clima de crise instalado no mundo”. “O emprego se manteve alto em 2012, os trabalhadores domésticos foram formalizados, os ganhos reais dos salários foram na média de 2,7%”, listou, lembrando o protagonismo do movimento sindical nessas conquistas. “Temos uma trajetória baseada na unidade de ação. Estamos trabalhando para introduzir racionalidade na relação com o governo, que tem uma visão assindical. Precisamos mudar isso”, defende.

O que está em jogo no Congresso

Os interesses dos trabalhadores

- Redução constitucional da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais sem corte salarial
- Fim do fator previdenciário
- Proteção contra a despedida imotivada – ratificação da Convenção 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho)
- Organização sindical do servidor público – regulamentação da Convenção 151, já ratificada

As ameaças a direitos

- PL 948/2011 – impede que o empregado demitido possa reclamar na Justiça do Trabalho.
- PL 951/2011 – flexibiliza os direitos trabalhistas dos empregados de pequenas e microempresas.
- PL 1.463/2011 – cria o Código do Trabalho e flexibiliza os direitos trabalhistas, com a adoção da prevalência do negociado sobre o legislado.
- PL 3.785/2012 – cria o contrato de trabalho intermitente que busca a formalização do trabalho eventual e por hora trabalhada.
- PL 4.193/2012 – assegura o reconhecimento das convenções e acordos coletivos, prevendo a prevalência sobre o legislado.
- PLS 252/2012 – modifica o prazo de duração dos mandatos sindicais e altera critérios para eleições nas organizações sindicais.

Fonte: www.diap.org.br

DELEGACIAS DO SINDICATO – ALTA MOGIANA: Av. Mogiana, 1.885 – Ribeirão Preto – CEP: 14075-270 – Tels.: (16) 3628-1489 - 3969-1802 – E-mail: altamogiana@seesp.org.br. ALTO TIETÊ: R. Coronel Souza Franco, 720 – CEP: 08710-020 – Tel./fax: (11) 4796-2582 – E-mail: seesp.mogidascruzes@terra.com.br. ARAÇATUBA: R. Antônio Pavan, 75 – CEP: 16020-380 – Tel.: (18) 3622-8766 – E-mail: aracatuba@seesp.org.br. ARARAQUARA: R. São Bento, 700 – 10º and. – sala 103 – CEP: 14800-300 – Tel./Fax: (16) 3322-3109 – E-mail: araraquara@seesp.org.br. BAIXADA SANTISTA: Av. Senador Pinheiro Machado, 424 – Santos – CEP: 11075-000 – Tel./Fax: (13) 3239-2050 – E-mail: baixadasantista@seesp.org.br. BARRETOS: Av. Cinco, nº 1.145 – CEP 14783-091 – Telefones: (17) 3322-7189 - 3324-5805 - 3322-8958 – E-mails: barretos@seesp.org.br - seespbarretos@uol.com.br - seespbarretos@gmail.com. BAURU: Rua Constituição, 8-71 – CEP: 17013-036 – Tel./Fax: (14) 3224-1970 – Página: seesp.org.br/bauru.html – E-mail: secretaria@seespbauru.org.br. BOTUCATU: R. Rangel Pestana, 639 – CEP: 18600-070 – Tel./Fax: (14) 3814-3590 – E-mail: botucatu@seesp.org.br. CAMPINAS: Av. Júlio Diniz, 605 – CEP: 13075-420 – Tels.: (19) 3368-0204 / 0205 / 0206 – E-mail: campinas@seesp.org.br. FRANCA: R. Voluntário Jaime de Aguilar Barbosa, 1.270 – CEP: 14403-365 – Tels.: (16) 3721-2079 - 3722-1827 – E-mail: franca@seesp.org.br. GRANDE ABC: R. Haddock Lobo, 15/19 – Santo André – CEP: 09040-340 – Tel.: (11) 4438-7452 – Fax: (11) 4438-0817 – E-mail: abc@seesp.org.br. GUARATINGUETÁ: R. Pedro Marcondes, 78 – sala 34 – CEP: 12500-340 – Tel./Fax: (12) 3122-3165 – E-mail: guaratingueta@seesp.org.br. JACARÉ: Av. Pensilvânia, 531 – CEP: 12300-000 – Tel./Fax: (12) 3952-4840 – E-mail: jacarei@seesp.org.br. JUNDIAÍ: R. Prudente de Moraes, 596 – CEP: 13201-004 – Tel.: (11) 4522-2437 – E-mail: jundiaseesp@terra.com.br. LINS: Rua Rio Branco, 273 – Ed. Galeria Torre de Lins – 9º andar – Sala 94 – Centro – Lins/SP – CEP: 16400-085 – Tel.: (14) 3522-2119 – E-mail: seesplins@terra.com.br. MARÍLIA: R. Carlos Gomes, 312 – cj. 52 – CEP: 17501-000 – Tel./Fax: (14) 3422-2062 – E-mail: seespmar@uol.com.br. PINDAMONHANGABA: R. Dr. Rubião Junior, 192 – 3º andar – sala 32 – CEP: 12400-450 – Tel./Fax: (12) 3648-8239 – E-mail: pinda@seesp.org.br. PIRACICABA: R. Benjamin Constant, 1.575 – CEP: 13400-056 – Tel./Fax: (19) 3433-7112 – E-mail: piracicaba@seesp.org.br. PRESIDENTE PRUDENTE: R. Joaquim Nabuco, 623 – 2º andar – sala 26 – CEP: 19010-071 – Tel./Fax: (18) 3222-7130 – E-mail: pprudente@seesp.org.br. RIO CLARO: Rua Cinco, 538 – Salas 1 e 2 – Centro – CEP 13.500-040 – Tel./Fax: (19) 3534-9921 – E-mail: rioclaro@seesp.org.br. SÃO CAETANO DO SUL: Estrada das Lágrimas, 1.708 – Tel.: (11) 2376-0429 – E-mail: saocaetano@seesp.org.br. SÃO CARLOS: R. Rui Barbosa, 1.400 – CEP: 13560-330 – Tel./Fax: (16) 3307-9012 – E-mail: scarlos@seesp.org.br. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: R. Paulo Setubal, 147 – sala 31 – CEP: 12245-460 – Tel.: (12) 3921-5964 – Fax: (12) 3941-8369 – E-mail: seespsjc@hotmail.com. SÃO JOSÉ DO RIO PRETO: R. Cândido Carneiro, 239 – CEP: 15014-200 – Tel./Fax: (17) 3232-6299 – E-mail: sjriopreto@seesp.org.br. SOROCABA: R. da Penha, 140 – CEP: 18010-000 – Tel./Fax: (15) 3231-0505 / 3211-5300 – E-mail: sorocaba@seesp.org.br. TAUBATÉ: Rua Venezuela, 271 – CEP: 12030-310 – Tels.: (12) 3633-5411 - 3631-4047 – Fax: (12) 3633-7371 – E-mail: taubate@seesp.org.br.

Cursos

PIRACICABA

Esalq/USP – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”

Site: www.esalq.usp.br

E-mail: cdt@fealq.org.br

Telefone: (19) 3417-6604

- **Curso - Gerenciamento ambiental – Especialização.** Capacitar profissionais de diferentes áreas de conhecimento para o exercício de planejamento, implementação, organização e gerência de processos de gestão ambiental em instituições públicas e/ou privadas. Local das aulas: Departamento de Ciência do Solo. Carga de 420 horas. Vagas limitadas: 56. Inscrição até 7 de março próximo.

SÃO CAETANO DO SUL

IMT - Instituto Mauá de Tecnologia

Site: www.maua.br

E-mail: posgraduacao@maua.br

Telefone: (11) 4239-3401

- **Curso - Especialização em engenharia automotiva.** Com a globalização, projetos desenvolvidos no País no setor automotivo são incorporados pelas matrizes das montadoras e exportados para outros continentes. Como consequência, os profissionais que atuam na área são cada vez mais disputados pelo mercado. Para atender as novas exigências de um setor cada vez mais competitivo, o programa do curso foi desenhado para responder às necessidades atuais da indústria automobilística e baseia-se em proposta extremamente prática. Local das aulas: *Campus* de São Caetano do Sul - Praça Mauá, 1. Carga de 360 horas. Valor entre R\$ 1.070,00 e R\$ 1.188,00.

SÃO PAULO

Ibape – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia de São Paulo

Site: www.ibape-sp.org.br

E-mail: ibapesp@ibape-sp.org.br

Telefone: (11) 3105-4112

- **Curso – Engenharia de avaliações de imóveis urbanos.** Tem o

objetivo de apresentar conceitos e ferramentas aplicáveis à engenharia de avaliações de imóveis urbanos por meio do tratamento por fatores, cujo programa abordará: definições e conceitos na avaliação de bens; análise de terrenos urbanos pelo método comparativo direto de dados de mercado com uso de tratamento por fatores; avaliação de construções urbanas e de imóveis pelo método evolutivo. Carga de 20 horas. Local do curso: Rua Maria Paula, 122, cj. 106, 1º andar, São Paulo. Valores entre R\$ 566,00 (sócios) e R\$ 1.132,00 (não sócios).

Poli-USP – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo

Site: www.fdte.org.br

E-mail: educacao@fdte.org.br

Telefone: (11) 3814-1988

- **Pós-graduação em tecnologia e gestão na produção de edifícios.** Curso voltado para engenheiros e arquitetos que atuam na área de produção de edifícios em construtoras ou empresas de projeto. Visa atualizar esses profissionais sobre temas atuais e emergentes. Oferecido pelo Programa de Extensão Poli-Integra/FDTE (Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia), serão ministradas quatro novas disciplinas: “Tecnologia de processos construtivos de alvenaria estrutural”; “Inovação tecnológica na produção de edifícios”; “Integração entre sistema de produção e negócios de real estate”; e “Desafios atuais da produção de edifícios: como superá-los”. O investimento em cada uma delas é de R\$ 1.500,00. Os aprovados receberão diploma da FDTE. Com duração de 24 horas, as disciplinas são compostas por oito aulas semanais, ministradas das 19h30 às 22h30, nas dependências da Escola Politécnica da USP, em São Paulo.

Cursos para desenvolver técnicas de criatividade e comunicação

AJUDAR O ENGENHEIRO a ter habilidades para desenvolver a criatividade e a usar no seu dia a dia de trabalho a comunicação de forma eficiente. Esses são alguns dos objetivos dos dois cursos a distância promovidos pelo SEESP desde 15 de fevereiro, sob a responsabilidade do professor Marcelo Massarani, da Escola Politécnica da USP (Universidade de São Paulo). As inscrições estão abertas e devem ser feitas diretamente no *site* www.seesp.org.br/site/inscricao-ead. Para associados ao sindicato, é cobrada taxa de R\$ 200,00; não sócios pagam R\$ 280,00.

“Na minha experiência, verifico que os alunos da graduação de engenharia não se sentem criativos e têm dificuldades de se comunicar. O mesmo ocorre com alunos de MBA e com profissionais já formados”, observa o professor. Ele explica que o curso “Técnicas de criatividade” terá três módulos, com apresentação de vídeos e material de apoio. O estudante terá de fazer atividades práticas, no dia a dia ou no trabalho, e, ao final do módulo, deverá apresentar um relato da tarefa para passar ao nível seguinte. “Vamos ensinar algumas técnicas, como, por exemplo, contra o bloqueio de percepção. Ou seja, estimular o aluno a perceber mais coisas a sua volta para poder descobrir oportunidades para melhorar alguma coisa”, explica Massarani.

Já no segundo curso, “Comunicação eficiente”, também com três módulos, vídeos, atividades práticas e relatórios, o estudante aprenderá a receber e fornecer informações no ambiente profissional de forma clara e objetiva.

O professor

Marcelo Massarani é engenheiro mecânico graduado pela Escola Politécnica da USP e doutor na área pela mesma instituição. Professor de graduação, pós-graduação e de atualização da Poli/USP desde 1988, nas áreas de cálculo estrutural, engenharia e análise do valor e metodologia do projeto.





PELA VALORIZAÇÃO DOS ENGENHEIROS

Em audiência no dia 14 de fevereiro com o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, o presidente do SEESP, Murilo Pinheiro, levantou o problema dos engenheiros da administração municipal que recebem salários muito abaixo do piso estabelecido pela Lei 4.950-A/66, atualmente R\$ 6.102,00. A solução, inclusive, foi objeto de compromisso de campanha de Haddad com o sindicato. Pinheiro propôs a elaboração de um plano de car-

gos e salários para os profissionais, que somam cerca de 800 na Prefeitura. Haddad se comprometeu a tomar providências. Em 2010, a categoria realizou assembleias no SEESP, levantando várias reivindicações, entre elas, aumento salarial, melhorias dos serviços em engenharia, arquitetura e urbanismo e das condições de trabalho. Ainda foi objeto do encontro com Haddad investimentos em avanço tecnológico na cidade de São Paulo.

Diretor do SEESP é empossado para Crea-SP

Em 24 de janeiro último, o vice-presidente do sindicato Carlos Alberto Guimarães Garcez assumiu a diretoria de relações profissionais do Crea-SP (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo) como representante do SEESP e da engenharia de segurança do trabalho. Seu mandato vai até 2014. Na data, foram ainda empossados os conselheiros titulares e suplentes para o triênio 2013-2015.

CNTU se reúne com Ministro do Trabalho

O encontro ocorreu em Brasília no dia 5 de fevereiro. Na oportunidade, Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados), acompanhado de uma delegação, apresentou ao ministro Brizola Neto o trabalho desenvolvido pela entidade nos anos de 2011 e 2012 e as campanhas que serão tocadas em 2013, como por um sistema nacional de educação continuada.

Ainda na pauta, conjuntura sindical e o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado pela FNE (Federação Nacional dos



Em audiência com Brizola Neto (na ponta), valorização do trabalho em pauta.

Engenheiros). Nesse sentido, destacou-se a valorização do trabalho na retomada do crescimento brasileiro. Brizola Neto garantiu à delegação a participação da CNTU nos vários fóruns em que existam interesses confederativos e também dos profissionais com formação universitária.

Posse da FNE

Pinheiro, que também é presidente da FNE – além de estar à frente do SEESP –, convidou o ministro para a posse da diretoria da federação (gestão 2013-2016), no dia 20 de março próximo, às 19h, no Espaço da Corte, na Capital Federal. Brizola Neto confirmou presença no evento.

Seja Perito Judicial

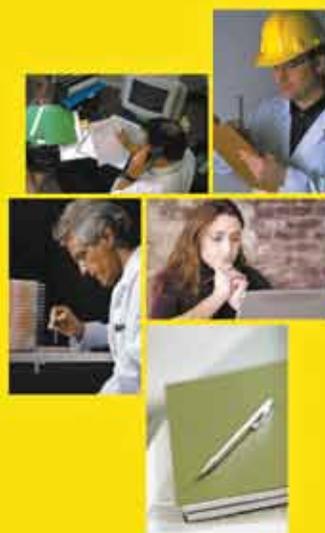
CURSO PERÍCIAS JUDICIAIS

Curso presencial indicado para todas as profissões

Curso em Santos
Data: 05 a 08 de Março de 2013
Horário: das 19h00 às 22h45

Incluso:

- Apostila
- Certificado de Participação
- Suporte Técnico de 6 meses
- Cadastro no Site Nacional de Peritos



- Sem necessidade de concurso
- Podem ser peritos: profissionais liberais, aposentados, funcionários públicos ou de empresas;
- Profissão proporciona horários flexíveis.

Inscrições e Informações:
ate@manualdepericias.com.br
0800 600 3622
(53) 3231 3622

Realize nossos cursos ou adquira o livro
MANUAL DE PERÍCIAS
No site: www.manualdepericias.com.br



Livro
MANUAL DE PERÍCIAS
Indicado para todas as profissões

www.manualdepericias.com.br

FUNDAÇÃO PERÍCIAS

Inteiramente pela Internet

Para engenheiros, arquitetos, agrônomos, administradores, contadores, economistas e médicos

Curso **PERÍCIA Judicial** online

Material didático que acompanha o curso



Informações e inscrições: www.manualdepericias.com.br
ate@manualdepericias.com.br Tel.: (53) 3231 3622